

Aula 37

Creio na Igreja Católica - 13

1.- “Creio no Perdão dos Pecados” (CIC 976-983)

1.1.- Introdução

A palavra pecado vem do latim *peccatum*, com o sentido de falta, culpa, delito, crime (cf. Houaiss). Com a divulgação do cristianismo, sobretudo no Ocidente, a ideia de pecado ligou-se cada vez mais à vida e costumes ligados à religião.

Acontece, porém, que as instituições religiosas têm perdido muito do seu poder de convencer. A assim chamada Nova Era insiste que religiosidade é assunto meramente pessoal. Por outro lado, também é frequente o pensamento de que pecado é coisa inventada pelo clero, para mais facilmente controlar o povo. Houve também épocas na Igreja em que pecar era quase só sinônimo de delitos contra a castidade. Neste terreno praticamente tudo era pecado. Como consequência a tendência oposta veio com força. Quase nada é pecado. Ao mesmo tempo, como as notícias policiais, os escândalos e os crimes hediondos ocupam constantemente grandes espaços na mídia, então desordens importantes no comportamento humano, que são pecados de peso no pensar católico, passaram a ser vistas apenas como contravenções de leis civis, assunto de polícia, de segurança pública e tribunais.

O fato é que há apenas quatro ou cinco décadas o povo católico praticante confessava-se semanalmente (o tempo do *tudo era pecado*). Nos dias de hoje o católico confessa-se raramente (tempo do *quase nada é pecado*).

Afinal, o que é pecado?

Costumo empregar uma definição bem simples e prática. Ações, omissões, atitudes e posturas (posições assumidas) pelo indivíduo, ou por grupos que contrariam o amor de Deus e ao próximo são pecado. A essência do pecado é ser o anti-amor. Abrange o leque de coisas muito pequenas, defeitos e fraquezas, até chegar a situações de ruptura total com Deus e a Fé. Isso seria sem dúvidas um assim chamado *pecado mortal*. É uma espécie de bancarrota espiritual. Em tais condições, o indivíduo está necessitado de redimir-se junto a Deus e junto à sua fraternidade que é a Igreja. Ele está rompido. Precisa de um replante. A Igreja precisa de respostas e soluções para estas situações. O Bom Pastor não quer perder nenhuma das ovelhas que o Pai lhe confiou.

O nosso Catecismo, na verdade, correlaciona a fé no perdão dos pecados com a fé no ES, com a fé na Igreja e a fé na Comunhão dos Santos. Na verdade, tudo volta à imagem da Igreja como o Corpo de Cristo-Cabeça. Esta é uma chave de leitura para compreender muitas coisas na Igreja. Cristo-Cabeça e a Igreja-Corpo atuam sempre em conjunto. Jesus dissera a Pedro que é preciso “perdoar setenta e sete vezes a quem pede perdão” (cf. Mt 18, 21-22). Então a Igreja tem que ter essa prerrogativa de perdoar sempre qualquer pecado de quem pede, arrependido, o perdão. O agir de Cristo e o agir de sua Igreja tem de estar em sintonia e em “uníssono”!

Não podemos esquecer o Evangelho de João 20, 22-23: “Recebei o ES. Aqueles a quem perdoardes os pecados, lhe serão perdoados; aqueles a quem os retiverdes, lhe serão retidos” (976).

1.2- “Confesso um só Batismo para o Perdão dos Pecados” (Credo)

Como acabamos de ver, fé no perdão dos pecados, fé no ES, fé no Batismo e fé na Comunhão dos Santos formam um conjunto inseparável.

“Nosso Senhor ligou o perdão dos pecados à Fé e ao Batismo: ‘ide por todo o mundo e proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo (Mc 16,15-16). O Batismo é o primeiro e principal sacramento de perdão dos pecados, porque nos une a Cristo morto pelos nossos pecados, ressuscitado para nossa justificação (cf. Rm 4,25) para que nós também vivamos vida nova” (Rm 6,4).

A seguir, o n. 978 é ainda mais veemente. Leiamos.

“No momento em que fazemos a nossa primeira profissão de Fé, recebendo o santo Batismo que nos purifica, o perdão que recebemos é tão pleno e tão completo que não nos resta absolutamente nada a apagar, seja do pecado original, seja dos pecados cometidos pela nossa própria vontade, nem nenhuma pena a sofrer para expiá-los”.

Temos duas observações. A primeira: não faz nenhum sentido levar o candidato já consciente de sua situação de pecador a confessar-se antes do batismo. O Batismo é o começo de tudo, é a porta de entrada para o “aprisco das ovelhas” (Jo 10,7).

O perdão do batismo é total, sem restrições.

Segunda observação: o Batismo e a Penitência perdoam todos os pecados. Contudo nossa sina de pecadores continua. A possibilidade de cometer novas infrações faz parte da condição humana na sua vida terrena. Nossa natureza inclinada para o mais prazeroso, o mais fácil, o mais desejável continua em plena forma. Daí que é indispensável a vigilância contínua e a cooperação com a graça divina.

1.3- O Poder das Chaves (981-983)

Na questão do perdão divino de pecados, temos dois fatos distintos, ou duas crenças diferentes. No AT acreditava-se que não observar as leis dadas por Deus ao povo, através de Moisés, era pecado. Isso atraía toda sorte de desgraças vistas como castigos divinos. Pessoas especiais como Moisés e os profetas gozavam do favor de Deus de poder pedir e conseguir Seu perdão para o pecador. Em geral, o pecador tinha de submeter-se a penitências, ritos de purificação e oferecer algum sacrifício expiatório. Outras religiões têm crenças e ritos semelhantes.

Mas, na Igreja de Cristo dá-se um avanço enorme, fruto direto da pregação de Jesus. Após a confissão de Pedro em Cesaréia de Filipe, tendo declarado que ele era a rocha sobre a qual queria fundar a Sua Igreja, acrescentou: “Dar-te-ei as chaves do Reino dos Céus: tudo que ligares na Terra será ligado nos Céus, e tudo que desligares na Terra será desligado nos Céus” (Mt 16,19).

Quando, já ressuscitado, apareceu aos Apóstolos, tendo-lhes comunicado o Es e dado ordens de pregar a Boa Nova como seus enviados, afirma: “A quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados. A quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20,23).

Desde seu primeiro dia de existência, a Igreja, através dos Apóstolos e seus sucessores, sempre entendeu que ela não só pode pregar a fé no perdão divino de nossos pecados, mas que ela própria pode declarar perdoados os pecados. Não é por acaso que no Sacramento da Penitência, o mais humilde e menorzinho dos presbíteros, ao pronunciar a fórmula da absolvição, pode dizer com toda fé "... e eu te absolvo de todos os teus pecados, em nome do Pai,...".

Como dizia acima, a fé no perdão dos pecados está ligada à fé na presença e ação do Divino ES, especialmente nos ministros da Igreja. A Igreja tem, pois, fé em sua prerrogativa de poder, em nome de Deus, perdoar pecados.

E qual é o alcance desse poder?

Existem limites para o perdão em termos da gravidade do pecado, ou do número de vezes que alguém pode recorrer à Igreja? **Não**; o que está em ação é o Amor do Pai Eterno. Pedro queria saber quantas vezes se deve perdoar, e Jesus é claro: **sempre!** (cf. Mt 18,21-22).

No que se refere à gravidade dos delitos cometidos por seus filhos como limites para o perdão possível, a Igreja enfrentou graves desavenças internas. Nos tempos das grandes perseguições não era raro cristãos negarem sua Fé. O partido dos rigoristas (como Santo Hipólito de Roma) queria estabelecer duas barreiras para o perdão. A primeira propunha que não se podia perdoar a quem tivesse negado publicamente sua Fé. A segunda barreira era proposta para negar absolvição a quem tivesse confessado alguns pecados muito graves e voltasse a cometê-los. O pecador em certos casos só teria uma chance, não duas. Oficialmente a Igreja aceitou nem uma nem outra dessas coisas. Talvez a negação de Pedro, seguida por suas lágrimas, e da confirmação no seu papel de Líder dos Apóstolos e da Igreja de Jesus, tenha pesado muito para firmeza de posição da Igreja nesta questão.

Quero alertar a todos que mais para frente vamos estudar os Sete Sacramentos, e então vamos tratar melhor sobre como o povo católico pode e deve viver sua Fé no perdão divino e sua prática da Penitência.

2 - Creio na Ressurreição da Carne (988-1014)

2.1 - Introdução

É próprio da espécie humana sonhar com coisas boas sem fim, coisas eternas. Quantos casais românticos já juraram amor eterno... . Quantas histórias foram escritas e terminaram com a expressão "e foram felizes para sempre". Amor e felicidade eternos supõem uma *vida eterna*.

Muitas religiões pregaram a vida de alguma coisa do ser humano depois da morte. O espírito, ou uma alma, por não ser de ordem material, sobrevive depois da morte do corpo. Mas o Cristianismo vai além disso.

2.2 - Ressurreição da Carne

Aqui está o elemento novo do Cristianismo. O termo *carne* tem a ver com a dimensão terrena e biológica, frisando a dimensão de fraqueza e mortalidade do ser humano. Quando a igreja fala em *ressurreição da carne* ela está a dizer que não só a alma imortal sobrevive, mas que também *nossos corpos mortais* serão reconstituídos e readquirirão vida (990).

Sobre a Ressurreição do Cristo não precisamos dizer nada mais aqui, pois já trabalhamos o tema no princípio dessas aulas. É simplesmente a base do Cristianismo.

No que se refere à nossa ressurreição, ela é também fundamental para nossa identidade de cristãos. Tertuliano, no século III, afirmava: “A confiança dos cristãos é a ressurreição dos mortos; crendo nela, somos cristãos” (991). Ele está dizendo, com todas as letras, que a crença na Ressurreição dos Mortos é elemento constitutivo essencial de nossa natureza cristã.

Nosso Catecismo propõe a leitura de 1Cor 15,12-14.20. Na verdade, muito antes de Tertuliano, São Paulo dizia a mesma coisa. Quem nega a ressurreição dos mortos em geral, nega também a de Cristo. Tal pessoa nada mais tem em comum com o Cristianismo, nem com a Igreja de Cristo.

2.3- Juntas, a Ressurreição de Cristo e a Nossa (992-996)

O Catecismo da Igreja nos ensina que a crença na ressurreição é consequência da crença que Deus criou o homem inteiro, corpo e alma.

Então a esperança de uma vida além do túmulo precisa abranger o ser humano na sua inteireza.

No pensamento judaico, a ideia da ressurreição é bem tardia, ou seja, não longe do tempo de Jesus. Nosso Catecismo cita o Segundo Livro dos Macabeus, que deve ter sido escrito uns 110 ou 115 anos antes de Cristo.

“A ressurreição dos mortos foi revelada progressivamente por Deus a seu povo. A esperança na ressurreição corporal dos mortos foi se impondo como uma consequência intrínseca da fé em um Deus criador do homem inteiro, alma e corpo... ‘O Rei do mundo nos fará ressurgir para uma vida eterna, a nós que morremos por suas leis (2Mc 7,9). É desejável passar para outra vida pelas mãos dos homens, tendo da parte de Deus as esperanças de ser um dia ressuscitado por ele’”(2Mc 7,14).

Nos dias de Jesus, os fariseus e muitos outros acreditavam na ressurreição dos mortos. Mas os saduceus não acreditavam. A estes Jesus pergunta: “Não é por isso que errais, desconhecendo tanto a Escritura como o poder de Deus?” (Mc12,24). Para Jesus, crer em Deus como Ele O conhece, traz como consequência a aceitação da ressurreição. Se não fosse assim, a morte destruiria os planos divinos. Jesus termina suas palavras aos saduceus assim: “Vós estais completamente errados”(Mc 12,27).

Na verdade Jesus nos ensina uma novidade original nas Escrituras. Ele liga a ressurreição à própria pessoa Dele: “Eu sou a ressurreição e a vida”(Jo11,25). Além disso, Ele promete que nossa ressurreição será obra Dele. Condição para isso acontecer conosco é estarmos em união com Ele pela Fé, desde o Batismo e termo-nos alimentado Dele pela Eucaristia. “Aquele que come minha carne e bebe meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6,44).

Nas minhas meditações sobre textos do NT para compreender a vida da Igreja, a vida divina que todos os seus membros experimentam (=graça), bem como as funções da Igreja neste mundo, tudo, afinal, fica mais claro e fácil de compreender se assimilarmos a imagem da Igreja como Corpo de Cristo com sua diversidade de membros, mantendo, contudo, a unidade do conjunto. Esta chave de leitura tem um segundo elemento que não podemos esquecer. Jesus tem uma particularidade bem pessoal: partilhar tudo o que é Seu com seus seguidores, chamados por Ele de amigos e irmãos. Ele partilha tudo, até seu poder e sua própria Natureza Divina (cf. Jo15,11-17).

Todo triunfo Dele sobre o Mal e sobre a morte, Ele quer que seja também nosso. A natureza imortal Dele Ele a quer para nós. Faz agora parte de nossa natureza. A glorificação Dele Ele a partilha conosco.

Por isso somos “novas criaturas” em Cristo (Cl 3,9-11).

2.4- Algumas Perguntas do Catecismo Católico (997)

- O que significa ressuscitar? (997)

É um conceito que a maioria do povo cristão praticante tem presente e parece que todos pensam basicamente o mesmo a seu respeito. Acredito na ressurreição da alma e do corpo glorificado. As narrações das aparições de Jesus ressuscitado ajudam muito. Nossa Fé nos diz que Jesus quer o mesmo para nós, ou seja, ressuscitar como Ele.

- Quem vai ressuscitar? (998)

Todos irão ressuscitar. “Os que fizeram o bem (saíram) para uma ressurreição de vida; os que tiveram praticado o mal, para uma ressurreição de julgamento” (Jo5,29).

- De que maneira? (999)

Como Cristo ressuscitou com seu próprio corpo, nós também ressuscitaremos com nosso próprio corpo.

Insistir no *como* pode ser complicado e vai para além de nossa imaginação. É obra de Deus.

- Quando? (1001)

A Igreja sempre disse “no último dia”, pensando no evangelista João (cf.6,39-40.44.54;11,24). Na vinda gloriosa do Cordeiro de Deus - estamos pensando no Apocalipse - todos, bons e maus, ressuscitarão.

2.5 - Ressuscitados com Cristo (1002-1004)

“Se é verdade que Cristo nos ressuscitará ‘no último dia’, também é verdade que, de certo modo, já ressuscitamos com Cristo. Pois, graças ao ES, a vida cristã é, já agora na Terra, uma participação na morte e ressurreição de Cristo” (CIC 1002).

Nunca podemos esquecer que o Cristo com o qual convivemos, o Cristo com o qual nos unimos na Eucaristia, o Cristo que está presente onde “dois ou três se reúnem em meu nome” é o Cristo ressuscitado. De alguma forma já vivemos como ressuscitados.